

THIAGO RABELO SALES

As Relações entre o Império do Brasil e a República do Paraguai no Contexto do Pós-Guerra (1870-1875)

MONOGRAFIA DE BACHARELADO

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Mariana, 2005

THIAGO RABELO SALES

As Relações entre o Império do Brasil e a República do Paraguai no Contexto do Pós-Guerra (1870-1875)

Monografia apresentada ao Curso
de História da Universidade
Federal de Ouro Preto como parte
dos requisitos para a obtenção do
grau de Bacharel em História.
Orientador: Prof. Dr. Pio Penna Filho

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Mariana, 2005

A meus pais pela paciência
frente às minhas paixões

Agradecimentos:

Agradeço a todos os professores do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto, pessoas fundamentais em minha formação acadêmica ao longo desses três anos e meio. Em especial ao Prof. Dr. Ângelo Alves Carrara, por acreditar que algumas frases poderiam se transformar em muitas páginas.

Ao Prof. Dr. Pio Penna Filho, meu orientador, que teve a paciência e a disposição necessárias para uma orientação à distância e foi peça fundamental para a conclusão dessa etapa do trabalho de pesquisa.

Aos meus pais, Cássio e Marta, que acreditaram e estiveram sempre juntos comigo, contribuindo com seus conselhos e palavras de afeto nos momentos mais difíceis. À Laurinha por ter paciência frente aos meus muitos dias de mau humor.

Aos meus companheiros de curso, pelas conversas nos corredores, de onde, certamente, saíram muitos conselhos que foram aproveitados. Aos amigos Renato Boy, Léo, Piranga, Caio, Arnaldo, Fabanjão, Daniela, Clarinha, Marilaine, Cristina, Fernandinho, Qblz, Marco Antônio e Aline, Plínio, Lobato e Alex. Às repúblicas onde surgiram grandes amizades que estarão sempre comigo, em especial à Complexo, Calangos, Divina Comédia, Roçinha, Mosaico, XI de Setembro e Carpe Diem de Mariana; Nau Sem Rumo de Ouro Preto.

Finalmente, agradeço à Universidade Federal de Ouro Preto pelo apoio que dá às pesquisas de seus discentes, apesar de todas as dificuldades, na busca por novos conhecimentos.

RESUMO

Monografia de Bacharelado em História das Relações Internacionais que analisa as ações do Ministério de Negócios Exteriores do Império brasileiro antes, durante e depois da Guerra da Tríplice Aliança. Além disso, falaremos sobre as diversas opiniões acerca dos motivos que levaram brasileiros, argentinos e uruguaios a empunharem as armas numa luta contra o governo paraguaio.

ABSTRACT

This is a Baccalaureate Final Paper in International Relationship History which analyses the actions by Foreign Office of Brazilians Empire before, during and after of the Triple Alliance War. Besides that, we talk about the different opinions about to cause that took Brazilians, Argentineans and Uruguayans to combat with arms the Paraguayan's government.

SUMÁRIO

Introdução	9
1. Uma Historiografia controversa	11
1.1 Os primeiros escritos	12
1.2 O revisionismo histórico do início do séc. XX	14
1.3 A corrente neo-revisionista da década de 90	18
1.4 Buscando as razões	22
2. A política externa imperial durante a Guerra da Tríplice Aliança	25
2.1 As relações entre o Império brasileiro e a República do Paraguai ao longo do séc. XIX	26
2.2 O Tratado da Tríplice Aliança	31
2.3 As relações entre o Império Brasileiro e as demais nações no contexto da Guerra da Tríplice Aliança	34
3. As relações entre o Império do Brasil e o Paraguai no pós-guerra	39
3.1 O estabelecimento do Governo Provisório	39
3.2 1870: O começo da reorganização paraguaia	42
3.3 1871: a busca pela Paz	44
3.4 O Tratado Loizaga-Cotegipe	47
3.5 A reação Argentina	49
3.6 1873-75: o início do fim	50

4. Conclusões	53
5. Bibliografia	57
6. Notas	60

Introdução

O século XIX, no Brasil, foi marcado por intensa atividade no campo das relações exteriores. Com a independência dos países do antigo Vice-Reino do Rio da Prata, o governo imperial desejava manter sua integridade territorial e evitar o que à época já se anunciava como uma espécie de “expansionismo argentino”. Isto significava combater as idéias de algumas lideranças argentinas de construir uma nação erigida sobre o que havia sido o antigo Vice-Reino. Para isso, o governo imperial contava com um capacitado corpo diplomático à frente de seu Ministério das Relações Exteriores, herdeiro de uma antiga tradição lusitana.

Com uma política voltada para a garantia da independência dos novos países que se formavam, o Império Brasileiro buscava respeitar a autonomia dessas nações. Porém, essa política ia de confronto à política argentina, que demonstrava certo interesse em reconstituir o antigo Vice-Reino do Prata, formando, assim, um país tão grande em extensão territorial quanto o Brasil.

Essas disputas acabaram por gerar questões, principalmente, em torno da Bacia do Rio da Prata, que era passagem obrigatória para os produtos vindos de outros países, com destino ao interior da América do Sul. Além disso, o Brasil necessitava da navegação no rio Paraguai para facilitar o acesso à distante província do Mato Grosso.

O Paraguai, país que desde sua declaração de independência da Espanha, havia entrado em uma ditadura que o isolou do resto do mundo, seguia um modo muito particular de organização. Fechado ao mercado estrangeiro, o país guarani quase não se comunicava com seus vizinhos, embora fosse alvo de cobiça, devido às terras férteis usadas na cultura da erva mate. Esse isolamento, somado a alguns aprisionamentos de navios estrangeiros, gerou por diversas vezes atrito com os outros países da Bacia do Prata. Esses atritos eram sempre resolvidos diplomaticamente, mas algumas questões ficavam sempre pendentes

Com a ascensão ao governo do general Francisco Solano López, as questões pendentes entre a República do Paraguai e o Império do Brasil se afloraram e nem mesmo o habilidoso corpo diplomático imperial foi capaz de impedir o conflito armado.

Dentro do universo da Guerra do Paraguai, buscaremos analisar a atuação do Ministério das Relações Exteriores por meio da análise dos Relatórios da Repartição de Negócios Estrangeiros, principalmente no período do Pós-Guerra, quando a competência e firmeza dos diplomatas foram essenciais na defesa dos interesses imperiais frente aos vencidos e aos aliados.

Capítulo 1

Uma Historiografia controversa

A discussão historiográfica acerca do conflito com o Paraguai é tema sempre em voga nos debates entre historiadores sendo alvo de inúmeras revisões. Sabemos que para se estudar o momento posterior de qualquer conflito, é preciso primeiramente que se entenda as causas que motivaram o embate entre as nações envolvidas. Durante a pesquisa deste tema tão abrangente, sobre o qual ainda há muito a se pesquisar, pude notar uma interessante discussão historiográfica acerca dessas causas. Estarei enfocando neste capítulo, portanto, as discordâncias acerca das possíveis causas do combate, deste que foi o conflito mais violento ocorrido entre nações da América do Sul.

O capítulo está dividido em quatro partes. Na primeira, tratarei da corrente literária militar interpretativa das primeiras décadas do pós-guerra, que é composta por muitos diários de guerra que tratam dos horrores das batalhas de forma bastante apaixonada. Na segunda, me preocuparei com a corrente revisionista da primeira metade do século XX, marcada por uma nova visão que trata o Paraguai como grande vítima de uma conspiração comandada pela Inglaterra. Na terceira parte, mostrarei o que há de mais novo produzido pela historiografia brasileira, acerca da Guerra da Tríplice Aliança. Em cada uma dessas partes tratarei das diferentes correntes, demonstrando suas principais diferenças e seus principais defensores. Por fim, na quarta e última parte do texto, apresentarei algumas conclusões e justificativas

para que se possa entender um pouco melhor o debate existente acerca das causas do conflito.

1.1 Os primeiros escritos

Ao final da Guerra do Paraguai, em 1870, teve início a produção literária acerca do conflito. A geração de combatentes que participou ativamente das batalhas nos territórios do Brasil, Argentina e Paraguai não tinha dúvidas de que o ditador paraguaio havia sido o responsável pelo início e pela longa duração da Guerra. Em muitos momentos, sabia ele estar derrotado, mas este preferiu não se entregar e, dessa forma, acabou por não poupar milhares de vidas do lado paraguaio. Além disso, utilizou, nos episódios finais da Guerra, crianças paraguaias com menos de dez anos de idade como soldados em seu Exército! Nesses primeiros relatos, em sua maioria Diários de Guerra, os autores procuram exaltar a figura dos soldados brasileiros, minimizando, inclusive, o papel dos Exércitos Argentino e Uruguaio na Guerra. É importante ressaltar, o contexto político que se passava internamente no Brasil nessa época. Os adeptos do positivismo pressionavam pelo fim da Monarquia e a implementação da República, fato que refletia diretamente sobre o Imperador em todas as suas decisões. Além disso, havia muita pressão em torno da abolição da escravidão, já que soldados que saíam do Brasil para lutar na Guerra do Paraguai tinham, em seu regresso, o direito de serem alforriados.

Quando as primeiras publicações começaram a surgir, um traço marcante chamou a atenção de seus leitores para as causas do conflito: a maioria dos autores ressaltava a ambição que o ditador paraguaio tinha em relação ao território brasileiro. O General Dionísio Cerqueira nos diz em suas *Reminiscências da Campanha do Paraguai*ⁱ, considerada uma fonte primária impressa pela historiografia por ser um diário de Guerra publicado de um ex-soldado do Exército brasileiro que esteve no campo de batalha, que

*“O ditador do Paraguai, que se preparava, desde muito, para a realização de seus projetos de expansão e supremacia na América meridional, aproveitou a invasão (brasileira no Uruguai. T.R.S.) como pretextos para um rompimento (das relações com o Brasil. T.R.S.)”*ⁱⁱ.

Antonio de Sena Madureira em seu livro *Guerra do Paraguai*ⁱⁱⁱ, também culpa Solano Lopes pela Guerra. Segundo Sena Madureira, os brasileiros só empunharam as armas “... para repelir o inimigo que inesperada e traiçoeiramente invadiu uma de nossas mais importantes províncias, aprisionou um alto funcionário e outros súditos brasileiros...”^{iv}. Ainda sobre esse livro, devemos ressaltar que ela é uma resposta crítica à obra de Jorge Thompson “*Guerra del Paraguay*” que, segundo Sena Madureira, minimiza a atuação dos “bravos” Exércitos e Marinha do Brasil. Além disso, segundo Madureira, Thompson exagera em números de baixas, principalmente, pelo lado do Brasil ao longo do conflito.

Um relato bastante interessante sobre este conflito, foi o deixado pelo General prussiano Max von Versen em sua *História da Guerra do Paraguai*^{vi}. Em sua

obra, o autor afirma que veio à América apenas para acompanhar do próprio teatro de Guerra o desenrolar dos acontecimentos. Max von Versen nutria certa antipatia pelos brasileiros, devido à sua prisão logo após seu desembarque em terras brasileiras. Para os brasileiros, Von Versen teria sido chamado por Solano López para auxiliá-lo e comandar o Exército paraguaio em algumas operações. Em sua obra, Von Versen conta o dia a dia dos acampamentos paraguaios, falando da falta de recursos básicos (como comida, roupas, etc.) e da inacessibilidade de Solano Lopes que, segundo o autor, por ele só era visto à distância. Uma observação importantíssima que o autor faz é a seguinte:

“O Paraguai era país completamente ignorado quando Lopes arriscou contra a República Argentina e contra o Brasil aquela luta que, nas proporções territoriais dos beligerantes se poderia comparar à guerra desigual entre Reino da Prússia e o ducado de Anhal..^{vii}”.

A importância dessa citação veremos mais adiante, quando abordarmos a corrente revisionista. Essa enaltece a nação paraguaia por seu desenvolvimento e defende certo receio da Inglaterra quanto a isso. Não nos esqueçamos da origem do Sr. von Versen, prussiano. Ou seja, são palavras vindas da Europa sobre o país guarani.

1.2 O revisionismo histórico do início do séc. XX

Ainda no final do século XIX surge uma corrente historiográfica contestando a causa da Guerra proposta pela literatura militar, como sendo exclusivamente culpa do

ditador paraguaio. Entre os brasileiros, os positivistas, contrários à forma de regime monárquico de governo, passaram a responsabilizar o Império do Brasil como grande culpado pelo conflito. Na década de 1960, surge no Paraguai um forte grupo literário que reconstrói a imagem do General Francia, de Carlos Antônio Lopes e, principalmente, de Solano Lopes, apresentado-os como verdadeiros defensores dos interesses paraguaios, que teriam assumido uma postura de estadistas pensando exclusivamente no desenvolvimento econômico do Estado Paraguaio. Destaca-se a figura de Solano Lopes, como exímio General de guerra e grande líder antiimperialista.

Essa corrente historiográfica apresentava o Paraguai como uma potência entre os países da América do Sul. Desenvolvido e industrializado, um país com índice de analfabetismo praticamente zero, um exército permanente maior e mais bem treinado do que qualquer outro da América do Sul, extremamente disciplinado, o Paraguai teria, graças a seus ditadores que centralizaram em suas figuras todo o poder e responsabilidades possíveis, fechado suas portas à entrada do capitalismo britânico. Dessa forma, fugiu da inserção dependente no mundo capitalista, o que o tornaria mais uma nação dependente do capital estrangeiro, principalmente da Inglaterra. Por isso, Brasil e Argentina teriam sido manipulados pela Inglaterra para combater o desenvolvimento autônomo do Paraguai abrindo o mercado do país platino ao capital estrangeiro.

Dentro desse grupo de historiadores, destacamos León Pomer, historiador argentino, que publicou obras como *Guerra do Paraguai: a grande tragédia rioplatense*^{viii} (do original “*La Guerra del Paraguai: Gran Negocio!*”), e *Guerra do Paraguai: nossa guerra contra esse soldado*^{ix}. Em suas obras, Pomer traz sempre grandes estudos com ênfase na economia dos países envolvidos no conflito durante o período da guerra, com várias representações dos empréstimos por eles contraídos junto aos Bancos particulares ingleses. Para ele, a Inglaterra conseguiu aumentar a dependência de países como Argentina e Brasil, já que estes contraíram dívidas enormes com os bancos ingleses. Nas palavras do próprio autor com relação à Guerra: “*O único e verdadeiro beneficiário é a Inglaterra...*”^x.

No Brasil, o maior representante dessa vertente foi o jornalista Júlio José Chiavenatto com o seu *Genocídio Americano: a verdadeira história da Guerra do Paraguai*^{xi}. Este livro, publicado no final da década de 70, ensinou gerações de estudantes que a Inglaterra, ao destruir o Paraguai, consolidaria sua posição hegemônica na América do Sul, acabando com seu último Estado independente e livre em relação ao capitalismo. Assim, abriria mais um mercado para seus produtos manufaturados. Em relação à literatura do Pós-Guerra e defendendo sua teoria, Chiavenatto faz a seguinte crítica:

“Substitui-se então uma história crítica, profunda, por uma crônica de detalhes onde o patriotismo e a bravura dos nossos soldados encobrem a vilania dos motivos que levaram a Inglaterra a armar brasileiros e argentinos para a destruição da mais gloriosa República que já se viu na América Latina. Uma República, a do Paraguai, que se não fosse destruída, assassinada junto com seu povo, modificaria por completo a própria história dos americanos que teriam, muito provavelmente, todos os elementos

para se libertarem do jugo de tiranos mistificados de civilizadores como Mitre, de caudilhos criminosos como Venâncio Flores ou de meros joguetes nas mãos do capital internacional como Pedro II^{xiii}”.

É importante notar nessa obra, como o autor exalta a figura do ditador paraguaio Francisco Solano López e aponta o Paraguai como o grande agredido na Guerra. Até hoje, os paraguaios aprendem essa versão como a verdadeira e oficial do conflito. A imagem de Solano López é tão exaltada por eles, que em Cerro Corá, lugar onde se deu a última batalha da Guerra, foi erguida uma cruz com a inscrição INRI, onde Solano López foi morto e esquartejado pelo Exército Brasileiro. Tudo isso, numa comparação do líder paraguaio com Jesus Cristo, já que na parte superior da cruz de Jesus podemos observar a mesma inscrição. Além disso, em Cerro Corá há muitas referências aos que lutaram durante a Guerra, destacando-se aquela à “Panchito López”, filho mais novo de Solano, que morreu na mesma batalha, então com 16 anos. Essa corrente, embora carente de fontes documentais, encontrou lugar em algumas obras como a de Paulo Miceli “*O Mito do Herói Nacional*^{xiii}”, por exemplo, em que ele reafirma tudo o que foi proposto nas obras de Pomer e Chiavenatto.

Porém, essa foi uma corrente que encontrou muitos combatentes. Acyr Vaz Guimarães com seu livro *Guerra do Paraguai: Verdades e Mentiras*^{xiv} faz uma discussão inflamada sobre o livro de Chiavenatto. Para isso, ele escreve 214 tópicos, com a única preocupação de desmentir o que Chiavenatto escreveu em sua obra, sucesso editorial da década de 1970/80. Um exemplo pode ser visto na transcrição que segue:

“3. Diz, ao final, do seu utópico *sonho dourado* ... que os fatos da nossa história sobre a Guerra encobrem a vilania dos motivos que levaram a Inglaterra a armar brasileiros e argentinos para a destruição da mais gloriosa República que já se viu na América Latina (p. 10). Sim, gloriosa República, porque viver sob o jugo de três ditadores, um atrás do outro, e por fim destruída pelo último, a pátria paraguaia só pode ter sido e será sempre gloriosa!^{xvii}”.

A obra de Acyr tem um caráter mais passional do que propriamente o de uma obra com embasamento teórico e documental. Falta ao seu livro um pouco mais de solidez na argumentação, que analisado de forma séria, não passa de uma discussão nacionalista e que, em muitos momentos, tem um certo tom de deboche e arrogância em relação ao livro de Chiavenatto.

1.3 A corrente neo-revisionista da década de 90

A partir do final dos anos de 1980, surgiram no Brasil alguns trabalhos com uma nova abordagem da Guerra do Paraguai. Fundamentados em rica fonte documental, essa corrente propõe uma nova perspectiva a respeito das causas do conflito. Para eles, as principais motivações da Guerra foram as questões regionais, as disputas por territórios e por interesses de ambos os lados em ter um determinado controle sobre a valiosíssima Bacia do Prata. Além do fato de que a Guerra deve ser vista como uma fase do processo de formação das identidades regionais na região do Cone Sul.

Para o Brasil, por exemplo, o Prata era a porta de entrada para a longínqua Província do Mato Grosso, o que tornaria o acesso até essa Província muito mais rápido, já que por terra, como podemos comprovar, inclusive na Guerra, a demora do Exército Brasileiro em chegar ao Mato Grosso, o que, por vezes, ocasionou um número grande de perdas a esse Exército.

Outra grande preocupação dessa vertente é a de desmistificar a idéia de que o Paraguai era uma potência, tanto regional e, muito menos, mundial como defendia o revisionismo histórico da década de 1960. Ao contrário do que defenderam Chiavenatto e Pomer, o Paraguai é visto pelos neo-revisionistas como um país predominantemente agrário, que contava com apenas uma indústria em todo o seu território, além das condições de vida da população que eram muito ruins. Chega a ser risível acreditar que a Inglaterra sentiu em algum momento que sua hegemonia na região do Cone Sul na época fosse ameaçada pelo Estado Paraguaio. Da mesma forma, não dá para acreditar que o Paraguai tinha uma importância e o poder de liderar um bloco de países da América do Sul numa “Cruzada” contra o Imperialismo Britânico.

Essa corrente tem como maiores representantes Alfredo da Mota Menezes com *“Guerra do Paraguai: como construímos o conflito”*^{xvi}; e Ricardo Salles com o seu *“Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército”*^{xvii}. Em 1994, realizou-se na Biblioteca Nacional um colóquio denominado de “Guerra do Paraguai-130 anos”. Nesse evento, estavam reunidos pesquisadores brasileiros, argentinos, ingleses, paraguaios e peruanos, que debateram durante todo o dia sobre este assunto

que ainda é considerado um dos mais polêmicos da história da América Latina. As palestras proferidas foram transformadas em artigos que, sob a organização de Maria Eduarda Marques, deram origem à “*Guerra do Paraguai-130 anos depois*”^{xviii}, excelente coletânea, já que traz a opinião dos maiores especialistas sobre o assunto, sobre diversos aspectos do conflito. Vale destacar o misto de nacionalidades que compuseram o volume.

Mas, o maior representante dessa corrente é Francisco Doratioto em seu “*Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*”^{xix}. Fruto de aproximadamente 15 anos de pesquisas, três deles morando no Paraguai, o livro é leitura obrigatória para aqueles que querem se aventurar a estudar o conflito do Prata. Trazendo metodologias inovadoras e analisando farta documentação, a obra de Doratioto desmente, logo em seu primeiro capítulo, a tese dos revisionistas de que a Inglaterra teria o interesse no conflito entre as quatro nações. Para isso, Doratioto apresenta uma carta do representante diplomático britânico em Buenos Aires, Edward Thornton, dirigida ao ditador paraguaio, se disponibilizando para evitar uma Guerra entre o Paraguai e o Brasil.

Doratioto vê em outros fatores as causas do conflito. Para ele, o Paraguai era um país localizado no centro de vários pontos polêmicos entre os países que formaram a Tríplice Aliança. Em relação ao Brasil, o Paraguai tinha sérias divergências territoriais e com relação à navegação da Bacia do Prata, à época, único acesso direto à Província do Mato Grosso. A Argentina, por sua vez, temia uma

invasão paraguaia que ameaçasse a consolidação e unificação do Estado Nacional Argentino. Além disso, a Argentina tinha interesse em anexar parte da região do Chaco paraguaio. Já o Uruguai, assim como a Argentina, preocupava-se com a consolidação do seu Estado Nacional, uma vez que Solano López manifestou publicamente apoio ao Partido Blanco, que era oposição aos Colorados que detinham o poder e eram apoiados pelos brasileiros; além disso, López via Montevideu como a saída para o mar com a qual o Paraguai sempre sonhara e necessitava para negociar seus produtos com o resto do mundo.

Por meio desse conjunto de fatores e da agressão sofrida pelo Brasil por meio da invasão do Mato Grosso, Doratioto vê as causas do conflito com um enfoque mais regional, rejeitando a hipótese de que o imperialismo inglês seria o responsável pelo desencadear da Guerra.

O autor destaca também que, a partir de 1840, o Brasil tinha uma política em relação ao Paraguai voltada para três objetivos principais: conseguir o acesso ao Mato Grosso através do rio Paraguai, delimitar de vez as fronteiras com o país guarani e, por último, conter a influência da Argentina sobre o Paraguai. Esses objetivos foram fundamentais para definir a política externa do Brasil antes, durante e depois da Guerra.

1.4 Buscando as razões

Ao finalizar essa análise das três correntes que debatem em torno das causas da Guerra do Paraguai, observamos alguns poucos pontos em comum e muitos pontos diferentes. Temos de ressaltar relatos como o de Max von Versen, por exemplo, que vindo da Prússia admitia a pouca ou nenhuma expressão do Estado Paraguai na conjuntura mundial. Enquanto isso, os revisionistas parecem ignorar este tipo de relato e forjar um Paraguai forte e industrializado, com uma economia estável e sólida.

A produção literária militar do pós-guerra justificou a Guerra como sendo um capricho do Ditador Paraguai, que com sua ambição e extrema crueldade, subestimou o Exército brasileiro, e queria conquistar toda a América do Sul, formando, assim, um grande bloco anticapitalista, colocando todos os países sul-americanos sob sua chancela. Esses militares têm suas razões em alguns momentos da Guerra se avaliarmos as atitudes e decisões tomadas por Solano López em alguns episódios do conflito, mas carece de documentação que a sustente, além, é claro, de ter se constituído num momento em que o sentimento de nacionalismo estava bastante aflorado.

Já a vertente revisionista da década de 1960, que aponta para uma releitura da figura de Solano López, desta vez como grande General e líder antiimperialista, e coloca a nação Paraguaia como uma potência, até mesmo a nível mundial, acredita que a principal causa do conflito tenha sido a defesa dos interesses do capital britânico, já que o Paraguai era um país auto-suficiente, fechado a investimentos estrangeiros. Essa corrente, tem seu trabalho fundamentado em uma documentação quase que estritamente econômica, baseada nos empréstimos feitos pelos bancos ingleses aos países da Tríplice Aliança, principalmente ao Brasil e à Argentina no entanto. Além disso, é preciso ressaltar que ela surge num momento conjuntural de Guerra Fria e luta contra o imperialismo norte-americano pós- Segunda Guerra Mundial. Essa busca pelas figuras dos Heróis Nacionais, que no caso está remetendo à figura do General Solano López, foi utilizada no Paraguai (pelo General Alfredo Stroesner), inclusive para a justificação da Ditadura paraguaia, o que fez com que essa vertente ganhasse tamanho eco na historiografia produzida sobre a Guerra.

Por fim, a corrente neo-revisionista, surgida em finais da década de 1980 e princípio da de 90, delega a responsabilidade da Guerra às questões regionais, disputas por áreas fronteiriças, a intervenção brasileira no Uruguai (o que interferia no escoamento da produção paraguaia pelo porto de Montevideu) e da agressão inicial feita pelo Governo Paraguaio. Para eles, a Guerra poderia ser evitada, mas não havia como o Brasil fugir dela. Essa corrente, mais sólida em argumentação, leva uma grande vantagem sobre as outras duas, já que teve acesso

maior aos Arquivos Públicos e Privados. Além de utilizar uma metodologia mais moderna que as outras duas, esses historiadores tiveram a oportunidade de pesquisar num momento bem tranqüilo da nossa história em relação ao conflito em questão. Esses fatores tornaram os trabalhos escritos por essa vertente mais imparciais e menos tendenciosos, características marcantes nas outras gerações.

Capítulo 2

A política externa Imperial durante a Guerra da Tríplice Aliança

O Império brasileiro contou ao longo do século XIX com um eficiente corpo diplomático, talvez o mais competente da América latina. Sem dúvida esse fato pesou muito a favor do Império brasileiro antes, durante e depois do conflito com o Paraguai. O eficiente corpo diplomático com o qual contava Dom Pedro II conseguiu, ao longo de todo o período da guerra, conduzir da melhor forma possível as relações internacionais com os outros países do mundo, de forma a que a imagem brasileira não ficasse prejudicada frente a qualquer país que fosse.

A segura orientação que o governo de D. Pedro II pôde seguir nas diferentes questões platinas foi devida, em grande parte, à lealdade de suas atitudes. O Imperador, o Conselho de Estado, os chefes de Missões Extraordinárias, que foram, quase todos, Ministros de Negócios Estrangeiros (o Visconde de Sinimbu, os Marqueses de Abrantes e Paraná, os Viscondes de Abaeté e Uruguai, o Marquês de São Vicente, o Visconde do Rio Branco, os Conselheiros José Antônio Saraiva e Francisco Otaviano de Almeida Rosa, o Barão de Cotegipe), bem como os diplomatas de carreira envolvidos nos acontecimentos e negociações - todos esses agentes da soberania brasileira souberam mantê-la devidamente, por mais difíceis que se lhes tivessem

apresentado as circunstâncias. As divergências partidárias registradas na vida política do Império também não influíam na direção dos negócios externos, assunto em que eram solidários conservadores e liberais, coordenados pelo Imperador e pelo Conselho de Estado.

Como demonstração do prestígio então alcançado pelo Brasil, basta lembrar que várias vezes foi o Imperador D. Pedro II, por intermédio de seus Ministros Plenipotenciários, escolhido árbitro em relevantes questões internacionais. Além disso, a habilidade dos diplomatas imperiais durante as discussões e assinaturas de Tratados foram, sem dúvida, essenciais para conseguir o apoio da população de outras nações à causa brasileira, como podemos observar nas missões diplomáticas brasileiras na Europa durante a guerra.

2.1 As relações entre o Império brasileiro e a República do Paraguai ao longo do séc. XIX

Durante as primeiras décadas do século XIX, uma das principais preocupações do governo imperial era que as nações que compunham o Vice-Reino do Prata, que agora passavam por um momento de afirmação de suas independências, voltassem a se reunir, formando um Estado capaz de fazer frente geográfica, política e militarmente ao Estado brasileiro. Dentro dessa perspectiva,

o governo Imperial apoiava as recém criadas Repúblicas dos países sul-americanos. E com a República do Paraguai não foi diferente.

As relações entre o Império brasileiro e a República do Paraguai praticamente inexistiram até a década de 1840, devido ao isolamento imposto pelo “Ditador Perpétuo” Francia. Apesar do isolamento paraguaio frente ao mundo durante a ditadura de Francia, o Império brasileiro buscou, em alguns aspectos, proteger o Paraguai da interferência de outras nações, mantendo, inclusive, um cônsul, Manoel Correa da Câmara, no período entre 1824 e 1829, no país guarani. Após um incidente em que Francia expulsou Câmara do Paraguai, inexistiram contatos oficiais entre os dois países até o início da década de 1840, quando Francia morreu.

O governo imperial tinha motivos para acreditar que a província de Buenos Aires sob o governo de Rosas^{xx}, tinha a intenção de anexar o Paraguai e outros países para formar uma grande e unificada província^{xxi}. O Império, sentindo-se ameaçado, tratou logo de reconhecer a independência do Paraguai em 1844. A aproximação entre os dois países ia de encontro ao objetivo brasileiro de isolar a Província de Buenos Aires no Prata. Neste mesmo ano, Carlos Antonio López assumia o poder no país guarani, depois de passarem pelo governo duas juntas militares e um consulado.

Durante os primeiros anos de governo de Carlos López, as relações entre o Brasil e o Paraguai eram relativamente boas. O governo Imperial, logo que

reconheceu a independência paraguaia, se comprometeu a buscar o reconhecimento de outras nações à independência guarani. Além disso, assinou um Tratado de Aliança, Comércio, Navegação, Extradicação e Limites com o Paraguai. Porém, em meados da década de 1850, o governo paraguaio passou a dificultar a livre navegação do rio Paraguai para navios brasileiros. Havia entre os dois países algumas discordâncias entre os limites territoriais dos dois países. Essas eram questões pendentes já desde o início do século. O governo Imperial pleiteava os territórios entre os rios Branco e Apa, baseado no princípio de *uti possidetis de facto*, já que seus cidadãos ocupavam a área; já o governo paraguaio aceitava somente o *uti possidetis jures*, que baseava-se na posse legal das terras, invocando para isso, o Tratado de Santo Ildelfonso, de 1777. O governo brasileiro, então, ameaçou o Paraguai com uma guerra para a qual, este não estava militarmente preparado. Após essas pressões, o governo paraguaio cedeu, assinando em Abril de 1856 um tratado que garantia a livre navegação e adiou por mais seis anos a discussão sobre as fronteiras entre os dois países^{xxii}. Apesar da assinatura desse Tratado, o governo paraguaio continuou dificultando a navegação da Bacia do Prata aos navios brasileiros, o que gerava grande irritação por parte do Império.

Moniz Bandeira destacou em seu livro “O Expansionismo Brasileiro”^{xxiii} que as relações entre o Império brasileiro e a República do Paraguai eram bastante tensas já há 10 anos antes do início do conflito. E, apesar de o Brasil ter

sido a primeira nação a reconhecer a república paraguaia como um país independente, as relações entre os dois países não eram totalmente cordiais. Haviam entre os dois países sérias divergências quanto às fronteiras que separavam os dois países. Além disso, havia entre os dois países uma disputa em torno da livre navegação do Rio Paraguai, principalmente no âmbito do território paraguaio. Apesar dessas divergências, o Ministério das Relações Exteriores brasileiro teve a habilidade necessária para lidar com os dirigentes do país guarani, buscando soluções por via diplomática, através de acordos e tratados, para as questões que causavam atrito entre as duas nações.

Em Setembro de 1862, morre no Paraguai Carlos Antonio López. Em seu lugar assume o poder seu filho, o Ministro da Guerra e Marinha, Francisco Solano López. Segundo Francisco Doratioto, existem fortes indícios de que Solano López deu um golpe em seu outro irmão Angel Benigno López indicado, inicialmente, no testamento de seu pai, Carlos Antonio, para assumir a presidência do Paraguai^{xxiv}. No entanto, em seu leito de morte, Carlos Antonio López alterou seu testamento, optando por Solano e, antes de morrer alertou o filho de que o Paraguai “*tem muitas questões pendentes, mas não busque resolvê-las pela espada, mas sim pela caneta, principalmente com o Brasil*”^{xxv}.

Porém, não foi assim que Solano López o fez. Desde o primeiro momento em que assumiu o governo, López demonstrou grande interesse pelos assuntos que envolviam as nações platinas. Com a Argentina enfrentando um momento de

instabilidade e de divisões internas, e o Brasil assistindo à ascensão dos Liberais ao poder, López viu a interferência dos dois países diminuir sobre o Estado paraguaio. Com isso, López quis afirmar a posição paraguaia como uma das potências do Prata. Essa maior presença paraguaia nas questões platinas, colocou Assunção em rota de colisão direta com Brasil e Argentina. E o elemento catalisador para a guerra foi a situação política do Uruguai, onde se afluava uma guerra civil.

Notando a aproximação entre o Brasil e a Argentina para a resolução da “Guerra Grande” no Uruguai, López procurou se impor frente aos dois Estados, buscando alianças com o Partido *blanco* no Uruguai e com os federalistas na Argentina. Utilizando-se desta aliança, não concretizada formalmente, o Paraguai estabeleceria um novo equilíbrio regional na Bacia do Prata, com o qual afastaria a ameaça histórica de uma possível anexação pela Argentina, garantiria o acesso a um porto marítimo, o de Montevideú, além de ter melhores condições para negociar suas fronteiras com seus vizinhos.

Mas a marcha dos acontecimentos foi outra. Após alguns anos de turbulência nas relações com o Brasil, quando López buscava consolidar a posição do Paraguai como um Estado forte e organizado, frente às outras nações da Bacia do Prata, no dia 11 de Novembro de 1864, o general paraguaio mandou aprisionar o vapor brasileiro *Marquês de Olinda*. Já no dia 12 do mesmo mês, López declarou rompidas as relações entre a República do Paraguai e o Império

do Brasil. Era a guerra emergindo nos horizontes dos dois países. Depois de aprisionar o *Marquês de Olinda*, López invadiu o Mato Grosso em Dezembro do mesmo ano, e a Província de Corrientes, declarando guerra também à Argentina, em Março de 1865.

2.2 O Tratado da Tríplice Aliança

O Tratado da Tríplice Aliança, como ficou conhecido o pacto feito por Brasil, Argentina e Uruguai para lutar contra o Paraguai, foi assinado em 1º de Maio de 1865 em Buenos Aires. Pelo Brasil assinou o Tratado o diplomata Francisco Octaviano de Almeida Rosa, que havia substituído o ministro Paranhos. Rufino de Elizalde e Carlos de Castro assinaram, respectivamente pela Argentina e Uruguai.

O texto do acordo continha, além da aliança militar, os pré-requisitos para o posterior estabelecimento da paz com o país guarani. O objetivo principal era a derrubada do governo paraguaio comandado por López. Mas o tratado fixava, também, novas fronteiras no cone sul do continente, a dívida de Guerra do Paraguai para com os Aliados e a abertura à navegação dos rios Paraná e Paraguai, questão crucial para o Brasil, já que o acesso à longínqua província de Mato Grosso dependia, em grande medida, da Bacia do Prata. Durante as negociações do Tratado, observou-se por parte da Argentina a tentativa à todo

custo de obter o apoio do Brasil para incorporar o Paraguai, assim que terminado o conflito. Contudo, o enviado brasileiro resistiu a esse ponto.

O Artigo 9º do Tratado é o que fala do compromisso dos países da Tríplice Aliança em respeitar a soberania, independência e a integridade da República do Paraguai. Essa integridade seria do que restasse dela, já que, de acordo com o Artigo 16º, o Paraguai perderia grande parte de seu território para os aliados. Aquele artigo (9º) do Tratado deixa claro a preocupação do Império Brasileiro com um possível interesse da Argentina em anexar o Estado paraguaio, reunificando as províncias do Vice-Reino do Prata, formando um Estado comparável ao Estado brasileiro em extensão geográfica e em importância política e econômica. Além disso, era contra a política tradicional Imperial, deixar que a fronteira entre Brasil e Argentina se tornasse mais extensa.

O Artigo 16º estabelecia as novas fronteiras dos países aliados com o Paraguai. Ao Império caberia o território pelo qual disputava há muitos anos com Assunção, com as fronteiras definidas pela linha do rio Igurei, Serra do Maracajú e rios Apa e Paraguai. Já a Argentina ficaria com todo o Chaco Boreal – terras À margem direita do rio Paraguai, até a Bahía Negra, na fronteira com Mato Grosso - e a margem esquerda do rio Paraná até o Iguaçu, ou seja, a região conhecida como Missões.

No Artigo 7º do Tratado os diplomatas fizeram questão de frisar que a guerra não era contra o povo do Paraguai, mas contra seu governo a ponto de

aceitarem cidadãos paraguaios que quisessem lutar contra o governo de López na frente de batalha aliada^{xxvi}.

Ainda segundo o Tratado, no Artigo 6º nenhum dos países aliados poderia depor armas, nem negociar a paz, trégua ou armistício com o país guarani antes da derrota completa do governo de López, nem separadamente dos outros países da Tríplice Aliança. Porém, veremos mais adiante que esse artigo não foi respeitado.

Terminada a guerra, o Paraguai deveria, segundo o Artigo 14º do Tratado, pagar indenizações de guerra aos aliados. Ao Governo que substituísse o de Solano López restaria indenizar os Governos aliados pelos gastos feitos com a guerra, bem como os danos e prejuízos causados durante os conflitos às propriedades públicas e privadas, por tropas paraguaias em territórios dos países vizinhos.

O Ministro das Relações Exteriores da Argentina chegou mesmo a afirmar que essa seria uma aliança perpétua que, nas próprias palavras de Rufino de Elizalde, *“baseada na justiça e na razão[...] será abençoada por nossos filhos”*.^{xxvii}

No Brasil, a assinatura do Tratado teve uma repercussão negativa entre os membros do Partido Conservador. Estes que, estando no poder, sempre lutaram pelo isolamento da província de Buenos Aires e pela independência do Estado paraguaio, impedindo a formação de outra grande nação na América do Sul que

rivalizasse com o Império do Brasil, não viam com bons olhos a aproximação do Império brasileiro com as Províncias argentinas. Os conservadores acreditavam que o apoderamento de parte da região do Chaco pela Argentina, como estava exposto no Tratado, pudesse ameaçar a soberania e independência do Estado paraguaio. Essa suspeita se fundamentava com a afirmação do Artigo 9º do Tratado de Aliança, que assegura a independência paraguaia somente por um período de cinco anos.

Francisco Otaviano de Almeida Rosa se defendeu das críticas dos conservadores, afirmando que a política “tradicional” alimentava discórdia desde a época colonial por meio de suspeitas e amesquinamento da República Argentina. Segundo Almeida Rosa, tal política resultara para o Brasil em decepções e guerras no Prata, além do crescimento da dívida pública. Além disso, Almeida Rosa lembrou que a Tríplice Aliança foi constituída num “momento crítico”, já que não podia contar com o apoio de outras nações, pois o Brasil estava rompido com a Inglaterra, devido aos acontecimentos da questão Christie, e os Estados Unidos mantinham atitude “inquieta” para com o Império.

2.3 As relações entre o Império brasileiro e as demais nações do mundo no contexto da Guerra da Tríplice Aliança

Durante o conflito com o Paraguai, o Brasil preocupou-se em manter relações cordiais principalmente com as grande potências e com as nações sul-americanas. Entre

as grandes potências, a Grã-Bretanha e a França mantiveram-se neutras ao longo da guerra. Já os Estados Unidos, desde o início do conflito demonstrou uma posição favorável ao Paraguai. Entre os países da América do Sul, alguns protestos foram registrados ao longo da guerra, devido, principalmente, à recusa do governo imperial da proposta de intermediação de paz feitas por essas nações.

Em 1863, as relações entre o Império do Brasil e a Grã-Bretanha foram rompidas devido a um acontecimento que ficou conhecido como “Questão Christie”^{xxviii}. Mas, com a Guerra despontando no horizonte, o Império brasileiro viu-se na necessidade de evitar o maior número possível de inimizades entre as nações consideradas como grandes potências, além de estar ciente da importância econômica da Inglaterra, caso realmente a Guerra eclodisse. No entanto, somente em maio de 1864, após algumas desculpas feitas pelo governo britânico através de uma nota enviada ao governo brasileiro, houve, finalmente o restabelecimento das relações internacionais entre os dois países.^{xxix}

Durante o período de Guerra, a organização diplomática brasileira foi fundamental para a obtenção de armamento e de dinheiro na Europa, além, é claro, do combate ao descontentamento de outros governos com a guerra. Além disso, praticamente isolou politicamente o Paraguai do resto do mundo.

Porém, a diplomacia imperial não foi capaz de obter a total simpatia à causa aliada. Dentre as nações que não apoiavam os países aliados encontrava-se a maioria das repúblicas da América do Sul (Bolívia, Peru, etc.) e,

principalmente, os Estados Unidos, onde o próprio governo local simpatizava com Solano López. Esse era um apoio importante para López, já que há indícios de que o governo norte-americano enviou armas para o exército guarani ao longo da guerra, através da Bolívia. Segundo Francisco Doratioto, *“As autoridades bolivianas permitiram que passasse por seu território, em 1870, armas e munições destinadas ao Paraguai.”*^{xxx}

Alguns incidentes também marcaram as relações exteriores do Império brasileiro com os demais países da América do Sul. Alguns autores acreditam que as hostilidades das Repúblicas sul-americanas para com o Império, deviam-se ao fato de, no Brasil, ainda vigorar o sistema de monarquia. Outros acreditam, simplesmente que era uma tendência normal as nações se posicionarem do lado mais fraco, numa analogia à parábola de Davi(Paraguai) e Golias(Brasil).

Em 1867, o Brasil rompeu relações com a República do Peru, devido a uma mensagem favorável ao Paraguai dita pelo então presidente peruano, coronel Prado, ao Congresso Constituinte peruano, no dia 15 de Fevereiro. Prado afirmou que:

“[o] Paraguai sustenta contra o Império do Brasil e seus aliados uma luta em que a justiça da causa rivaliza com o heroísmo da defesa. A bem dos beligerantes e por honra e conveniência da América, protestamos contra tal escândalo, oferecendo ao mesmo tempo nossa amigável interposição.”^{xxxi}

As relações entre os dois países vieram a se normalizar com a derrubada de Prado e sua substituição pelo vice-presidente, general Canseco, que, ao assumir, anulou todos os atos de seu antecessor e, assim, foram restabelecidas as relações entre o Império brasileiro e a República do Peru.^{xxxii}

Em Julho de 1866, foi a vez do governo da Bolívia se desentender com o Império. A causa, seria o Artigo XI do Tratado da Tríplice Aliança que, segundo o governo boliviano, comprometeria os direitos do país a territórios sobre o rio Paraguai e a Bahía Negra^{xxxiii}. Devido a esse incidente, o general Melgarejo, presidente boliviano chegou a oferecer ao governo do Paraguai uma ajuda efetiva de 12 mil soldados imediatos para auxiliarem Solano López contra as forças aliadas^{xxxiv}. O governo Imperial não tardou em nomear o Conselheiro e Deputado López Neto para uma missão na tentativa de acalmar os ânimos do governo boliviano. O enviado brasileiro soube lidar muito bem com a situação e assinou com Melgarejo, em 1866, o Tratado de Limites, Comércio e Navegação. A assinatura desse Tratado acabou por impedir o apoio boliviano à Solano López, mas, por outro lado, mostrou o interesse da Bolívia em tirar partido do conflito, aproveitando o momento de instabilidade política dos países envolvidos no conflito.

Porém, se o apoio boliviano não veio para o Paraguai através de soldados, veio através do comércio entre os dois países. Além disso, o governo paraguaio utilizou, por diversas vezes a Bolívia como porta de saída para documentos e

correspondências a serem enviados às suas legações em Paris e em Berlim. A Bolívia foi utilizada, também, como rota de passagem obrigatória para armas e munições vindas, principalmente, dos Estados Unidos.

Uma importante decisão do governo imperial para acalmar as pressões das grandes potências durante a guerra, foi a abertura para navegação internacional, em 1866, da bacia do rio Amazonas. Esse era um desejo antigo de norte-americanos e de ingleses, combatido pelo governo imperial. Aqueles tinham interesse no uso da bacia para o comércio com os países da região. Aproveitaram o momento da guerra para exigir essa abertura. Sem contar que, seria contraditório o Brasil exigir a abertura à livre navegação do rio Paraguai, e ao mesmo tempo se negar a abrir o rio Amazonas.

Capítulo 3

As relações entre o Império do Brasil e o Paraguai no pós-guerra (1870-1875)

O ano de 1868 foi decisivo para o fim da guerra da Tríplice Aliança. A tomada e a passagem da fortaleza de Humaitá pelos exércitos aliados significou o acesso direto para os navios brasileiros à Assunção. Dessa forma, se iniciou a ocupação do território paraguaio pela capital do país. Porém, o fim da guerra ainda estava longínquo, já que os governos aliados só dariam por terminado o conflito depois que o Marechal Solano López fosse preso, morto ou expulso do Paraguai. Isso só viria a acontecer dois anos depois, no dia 1º de Março de 1870 com a morte do general paraguaio, em Cerro Corá.

3.1 O estabelecimento do Governo Provisório

Com a ocupação de Assunção pelas tropas aliadas, o governo imperial enviou uma missão especial chefiada pelo chanceler José Maria da Silva Paranhos, que tinha como principal meta estabelecer um governo provisório paraguaio com que se pudesse assinar a Paz. O governo escolhido, deveria se comprometer a apoiar os aliados na luta contra López, bem como aderir ao Tratado da Tríplice Aliança. Este deveria ser cumprido por inteiro, contudo,

segundo as instruções dadas à Paranhos, “qualquer modificação que, no próprio interesse do Paraguai, se estipule no Tratado de Paz por mútuo assentimento dos aliados e do mesmo governo provisório”^{xxxv}. Isso deixa claro que o Império estava mais preocupado em manter amistosas relações com o novo governo paraguaio, do que puramente aplicar o Tratado da Tríplice Aliança em sua íntegra. Além disso, essa atitude mostra a forte preocupação brasileira com as concessões territoriais paraguaias à Argentina, feitas pelo Tratado da Tríplice Aliança.

Na disputa pelo governo provisório paraguaio se formaram dois grupos políticos: os *bareiristas*, liderados por Cândido Bareiro, primo de Solano López e ex-representante do governo lopista na Europa, que somou as forças dos conservadores paraguaios; e os *decouistas*, liderados por Juan Francisco Decoud, candidato reformista, com ideais liberais. Paranhos realizou, então, uma reunião em Assunção com representantes dos dois círculos políticos, expondo que seria necessário que o novo governo paraguaio concordasse com os termos do Tratado de 1º de Maio de 1865, para ter o apoio do Rio de Janeiro. Enquanto os *bareiristas* concordaram com a proposta de Paranhos, os *decouistas* solicitaram mais tempo para um exame detalhado sobre as perdas territoriais paraguaias.

Como não chegaram a um acordo, Paranhos resolveu montar uma comissão formada por quatro representantes, dois de cada facção, para encaminharem a formação de um governo capaz de negociar com os aliados. Caso contrário, poderia instalar-se um governo militar no Paraguai. Entre os

bareiristas foram indicados Félix Egusquiza, ex-representante de López em Buenos Aires, e Bernardo Valiente ; entre os *decouistas* foram indicados Carlos Loizaga e o próprio Juan Francisco Decoud, que veio a desistir de participar da comissão, indicando para seu lugar José Díaz Bedoya. Outro que se recusou a participar da comissão foi Loizaga, que alegou ser inimigo de Egusquiza. A comissão acabou por ser formada por apenas três membros^{xxxvi}.

Após a constituição dessa comissão, Paranhos intensificou as conversações com o ministro das Relações Exteriores argentino, Mariano Varela e com o representante uruguaio, Adolfo Rodríguez, sobre o governo provisório. Depois de alguns meses de complicadas reuniões, em 2 de junho de 1869, os representantes aliados assinaram dois protocolos. Um estabelecendo a criação do governo provisório paraguaio, composto por três membros eleitos pelos cidadãos guaranis, se comprometendo a agir em acordo com as forças aliadas, mas mantendo sua liberdade e sua soberania nacional. O segundo protocolo estabelecia os termos de aceitação do governo provisório, determinando que as autoridades eleitas não poderiam tratar com Solano López ou qualquer pessoa que estivesse sob sua influência.

Assim que foi autorizado o estabelecimento do governo provisório no Paraguai, os grupos políticos começaram a se organizar para a disputa. É relevante notar, que começava aí um alinhamento dos dois grupos políticos, com as duas principais nações aliadas: os *bareiristas* com o Brasil, e os *decouistas* com

a Argentina. Esse alinhamento, no entanto, não correspondia à subordinação. Os dois grupos tinham como principal meta, manter o Paraguai livre e independente dos outros países. Após a constituição de uma comissão formada por 21 cidadãos paraguaios, que veio a indicar um “Comitê Eleitor” formado por 5 membros, finalmente foi eleito o governo provisório paraguaio. Os eleitos foram: Carlos Loizaga, José Díaz Bedoya e Juan Francisco Decoud. Este último foi recusado pelo representante brasileiro Paranhos, porque seu filho escrevia artigos considerados antibrasileiros. Para o seu lugar foi escolhido Cirilo Rivarola^{xxxvii}.

O governo assumiu em 15 de agosto de 1869, aceitando as condições estabelecidas pelos aliados para seu reconhecimento. Seu primeiro decreto foi proibir os paraguaios de continuarem a servir Solano López^{xxxviii}, além de declarar ser dever dos cidadãos paraguaios contribuírem para a vitória dos aliados^{xxxix}. Uma curiosidade é que, nos decretos, acrescentava-se à data: “ano 1º da liberdade da República do Paraguai”^{xl}.

3.2 1870: O começo da reorganização paraguaia

Após a morte de Solano López em 1º de Março de 1870, os governos aliados, através das ações de seus representantes buscaram estabelecer a paz com o Paraguai. Porém, cada um dos aliados defendia seus interesses sobre o país

guarani e tentavam colocar o governo provisório paraguaio sob sua forte influência.

No dia 9 de maio, os representantes plenipotenciários do Império Brasileiro, José Maria da Silva Paranhos, da Argentina, Mariano Varela, e do Uruguai, Adolfo Rodríguez, iniciaram uma série de reuniões em Buenos Aires com o objetivo de modificar o acordo de 02/06/1869. O novo acordo modificado, foi oficialmente apresentado e assinado no dia 20 de junho e foi tido pelos aliados como um tratado preliminar de paz.

Logo no primeiro Artigo do acordo modificado, ficava restabelecida a paz entre a República do Paraguai e as nações aliadas^{xli}. Além disso, reiterava a aceitação pelo governo provisório do Tratado de 1º de Maio de 1865 como condição primordial para a paz, franqueava a todos os países aliados a navegação dos rios Paraná e Paraguai e garantia o apoio dos aliados para a reestruturação política do país guarani. Os aliados se comprometiam, também, a só negociar os Tratados definitivos de paz depois da eleição do governo permanente^{xlii}.

Ao assinar o acordo no dia 20 de junho, o governo provisório assumiu o compromisso de realizar eleições num prazo de três meses a partir do dia da assinatura, ou seja, no dia 20 de setembro. Caso o governo paraguaio não conseguisse cumprir esse prazo, os países aliados deveriam intervir no sentido de apressar a realização dessas eleições.

No entanto, as eleições paraguaias somente foram realizadas no dia 24 de novembro do então corrente ano. No dia 25 sagraram-se vencedores da eleição Cirilo Antônio Rivarola como presidente e Caio Miltos como vice-presidente^{xliii}. Além disso, houve no mesmo dia o juramento à Constituição paraguaia, a primeira da história do país.

3.3 1871: a busca pela Paz

Com a eleição do novo presidente paraguaio, os países aliados começaram a se movimentar no intuito de assinarem logo um tratado de paz. Depois de várias reuniões, em 25 de janeiro de 1871 foi assinado um Acordo Prévio entre os aliados, em Buenos Aires, onde estavam expostas as condições a serem oferecidas ao governo paraguaio para a paz. No Brasil, no dia 07 de março era nomeado para o cargo de novo presidente do Conselho de Ministros, o Visconde do Rio Branco.

Nesse acordo, os países aliados declaravam “paz perpétua” com o país guarani, deixavam as questões de limites para serem tratadas posteriormente e fixavam a dívida de guerra. Essa deveria ser reclamada em um prazo máximo de dois anos a partir da assinatura do referido acordo. Também se franqueava a todas as nações a navegação dos rios Paraguai, Paraná e Uruguai, com exceção à navios de guerra de nações não ribeirinhas. Além disso, se adotaria uma política

uniforme de navegação e polícia dos referidos rios pelas nações ribeirinhas. Os países aliados se comprometiam, mais uma vez, a respeitar a soberania e independência do Estado paraguaio e, assim que o acordo fosse assinado, a retirar suas tropas das terras paraguaias num prazo máximo de três meses e restituir os prisioneiros de guerra.^{xliv}

Em 09 de agosto o Barão de Cotegipe foi nomeado Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do governo imperial, com a missão de ser o representante imperial, juntamente com o representante argentino, Manuel Quintana, e o representante uruguaio Adolfo Rodríguez, no grupo que iria discutir e negociar o tratado de paz com o governo paraguaio. No dia 03 de Novembro, o grupo apresentou suas credenciais ao Presidente da República do Paraguai esclarecendo seu caráter diplomático e iniciando as negociações.

No entanto, surgiu entre os plenipotenciários do Brasil e da Argentina sérias divergências sobre uma cláusula referente à proibição do governo paraguaio de construir qualquer tipo de fortificação ou bateria ao longo do curso ou ilhas do Rio da Prata, que pudessem impedir a livre navegação. O plenipotenciário argentino argumentava que a câmara de deputados de seu país desaprovava tal artigo. Já o plenipotenciário brasileiro dizia que se o protocolo foi aprovado em parte previamente, não poderia ser desaprovado por outra. Além disso, tinha ao seu lado o apoio do plenipotenciário uruguaio nesse questão. Outra

divergência surgiu sobre a questão dos direitos sobre a demarcação de novas fronteiras entre os aliados e o Paraguai.

O plenipotenciário argentino queria afirmar a cláusula do Tratado de 1º de Março de 1865 que tratava da posse do Chaco pela Argentina. Porém, o plenipotenciário brasileiro achava essa decisão um tanto quanto prematura, e que deveria ser discutida posteriormente entre os governos argentino e guarani. Segundo ele, seria impossível que todos os países envolvidos saíssem satisfeitos caso a questão de limites fosse resolvida naquele momento. Certamente o Paraguai sairia prejudicado, caso houvesse uma definição com todos os países aliados ao mesmo tempo. Esses episódios culminaram com o retorno do plenipotenciário argentino à Buenos Aires deixando, assim, o caminho livre para que Cotegipe pudesse negociar a paz em separado com o governo paraguaio, rompendo um dos principais artigos do Tratado de 1º de Maio de 1865, o de número 6, no qual os países aliados se comprometiam a não negociar a paz em separado com o Paraguai^{xlv}. O governo imperial argumentou, no entanto, que o acordo de paz entre as nações aliadas e o Paraguai já havia sido assinado. Começava a ser discutido, agora, entre o Brasil e o Paraguai, as negociações de paz, amizade, limites e navegação. A postura do plenipotenciário argentino demonstra o interesse de seu país em anexar o Paraguai. Para a Argentina, se o Tratado da Tríplice Aliança fosse mantido na íntegra, o Paraguai ficaria envolto num “abraço apertado” pelo vizinho, o que certamente acarretaria forte

interferência do vizinho argentino e, possivelmente, dificultaria sua sobrevivência como Estado independente.

3.4 O Tratado Loizaga-Cotegipe

Com a retirada do ministro plenipotenciário da Argentina para Buenos Aires, o Barão de Cotegipe recebeu do governo paraguaio uma nota na qual este indagava sobre a posição brasileira frente a decisão do enviado argentino. O governo paraguaio desejava saber se realmente cessariam as negociações entre este e os aliados, devido aos acontecimentos^{xlvi}. Cotegipe respondeu:

“•Nenhuma dúvida tenho em abrir negociações para o ajuste das questões pendentes entre o Brazil e o Paraguay, desde que o governo da República nisso convenha e nomeie o plenipotenciário com quem eu deva tratar.

• Estou convencido de que o Sr. plenipotenciário argentino fallará em nome do seu governo e não dos aliados, havendo-lhe eu communicado a resolução de entabolar negociação com o governo do Paraguay, desde que elle a isso se recusasse e sabendo que o Sr. Ministro plenipotenciário oriental achava-se de perfeito accôrdo com a minha opinião.”^{xlvii}

Sendo assim, as negociações entre os dois países foram retomadas e culminaram na assinatura do Tratado Loizaga-Cotegipe, no dia 09 de janeiro de 1872.

O Tratado assinado entre os dois plenipotenciários tinha considerações à respeito da paz e amizade entre os dois países mas, principalmente, sobre limites e navegação. Com relação aos limites territoriais, o Império conseguiu que se

estabelecesse a fronteira entre os dois países no rio Apa, desconsiderando o rio Igurei como constava no Tratado. Dessa forma, o Paraguai ficaria com toda a parte de baixo da margem direita do rio Paraguai, a partir de Sete Quedas, enquanto desse ponto para cima pertenceria ao Brasil^{xlviii}. Essa fronteira coincidia com a que Paranhos propusera a Carlos López na década de 1850, e a mesma que havia sido disputada por Portugal e Espanha no século XVIII. Isso demonstra que o Brasil não tinha interesses expansionistas sobre o Paraguai, já que a terra concedida através desse Tratado era mantida em litígio pelos dois países já há bastante tempo antes da Guerra.

Outra questão importante discutida na paz assinada por Cotegipe era a da dívida de guerra, determinada pelo Tratado da Tríplice Aliança, que o vencido teria para com os vencedores. O governo paraguaio reconheceu a dívida com o Brasil pelos gastos deste com a guerra. Porém, em uma conversa com o presidente paraguaio, Cotegipe teria dito que a dívida, que ainda seria calculada, era mera formalidade e que não seria cobrada pelo Império^{xlix}. Além disso, o governo brasileiro reduziu intencionalmente a dívida de guerra a receber do Paraguai. Isso foi uma forma de manter um certo “compromisso” do país guarani com o Império brasileiro, além de ser uma forma usada para afastar qualquer intenção da Argentina de anexar o Paraguai. Caso a Argentina anexasse o Paraguai, automaticamente a Argentina assumiria a dívida de guerra do Paraguai para com o Brasil. Essa dívida, em verdade, nunca foi cobrada e só veio a ser

perdoada em nos anos de 1940 pelo governo Getúlio Vargas, em resposta à uma atitude idêntica da Argentina.

3.5 A reação Argentina

A atitude brasileira de assinar separadamente a paz com o Paraguai provocou reações muito negativas na Argentina. Os jornais de Buenos classificaram a atitude brasileira como “pérfida e desleal”^l. Iniciaram-se muitos rumores quanto a um possível conflito armado entre o Brasil e a Argentina que eram, inclusive confirmados pelo próprio presidente da Argentina^{li}. Além da assinatura em separado do Tratado de Paz com o Paraguai, havia outras questões pendentes entre os dois países, como problemas de fronteira e incompatibilidade política, já que, no Brasil o partido conservador havia voltado ao poder. Como sabemos, o os conservadores eram contra qualquer tipo de aproximação junto à Argentina.

Os governos de ambos os países chegaram mesmo a fortalecer suas Marinhas de Guerra. O argentino encomendou algumas belonaves e uma flotilha aos estaleiros ingleses, enquanto o brasileiro lançou ao mar uma canhoneira e uma corveta em 1873 e, no ano seguinte, mais um encouraçado. No plano diplomático, o Brasil buscou estreitar seus laços com o Chile, enquanto a Argentina buscava alianças com o Peru e a Bolívia^{lii}.

Porém, nenhum dos dois países estava em condição financeira e militar de se aventurar em mais um conflito armado de grandes proporções. Sendo assim, em junho de 1872, Bartolomé Mitre veio em missão especial ao Rio de Janeiro. Após alguns dias de conversações foi assinado um acordo que restabelecia a aliança entre os dois países. Além disso, o governo brasileiro se comprometia a apoiar a Argentina nas negociações de paz com o Paraguai.

3.6 1873-75: O início do fim

O ano de 1873 foi marcado pela observação brasileira das discussões de paz entre a Argentina e o Paraguai. Entre os meses de julho e agosto daquele ano, o Império, representado na pessoa de Domingos José Gonsalves de Magalhães, o Barão do Araguaia, acompanhou as discussões entre os dois países sem exercer uma pressão “oficial” sobre qualquer um dos dois. A principal desavença entre as duas nações dizia respeito ao repartimento da região do Chaco, fato que causava muita polêmica, visto que a Argentina queria a posse de todo o Chaco. Enquanto isso, o governo paraguaio só aceitava ceder até o rio Pilcomayo, ficando o restante do território sob sua jurisdição. Essa postura do governo paraguaio era a que o governo imperial queria, já que essa divisão do Chaco evitaria que se aumentasse a fronteira entre o Brasil e a Argentina. Frente à firme postura

paraguaia, o representante argentino, Bartolomé Mitre, não conseguiu chegar a um acordo e se retirou para Buenos Aires.^{liii}

O ano de 1874 foi marcado por eleições nos países republicanos da Bacia do Prata. Em 25 de junho, Juan Bautista Gill foi eleito presidente da República do Paraguai, com o apoio do Império brasileiro. Já em 12 de outubro, chegava ao poder, na Argentina, Nicolás Avellaneda. O governo Imperial atuou ao longo desse ano mediando algumas conversações de paz entre a Argentina e Paraguai, mas sem obter muito sucesso.

1875 foi o ano em que o Paraguai procurou sair da órbita do Império brasileiro. Essa foi uma política adotada pelo novo presidente Bautista Gill, apesar deste ter sido eleito com o apoio do governo brasileiro. Além de se afastar do Brasil, Gill buscou uma aproximação com a Argentina a partir do momento em que o novo presidente argentino começou a admitir os erros de seus enviados encarregados de negociar a paz entre os dois países. Em maio daquele ano, houve, no Rio de Janeiro, um encontro entre o ministro das Relações Exteriores argentino, Carlos Tejedor, o enviado paraguaio, Jaime Sosa, e os representantes brasileiros, Viscondes de Caravelas e do Rio Branco. Neste encontro, Tejedor e Sosa chegaram a um acordo para o tratado de paz, no qual o Chaco, acima do rio Pilcomayo, seria dividido entre o Paraguai e a Argentina, que ficaria também com Villa Occidental, em troca da dívida de guerra paraguaia. O acordo foi firmado à revelia dos representantes brasileiros. Isso causou certa intimidação ao governo

paraguaio, já que as tropas brasileiras ainda ocupavam Assunção, e Bautista Gill optou por não ratificar o acordo, sob o argumento de que seu representante fizera concessões sem o conhecimento de seu governo.^{liv}

Em dezembro, um grave incidente marcou as relações entre o Brasil e o Paraguai: Felipe José Pereira Leal, chefe da Legação brasileira em Assunção incitou um golpe de Estado contra o presidente Bautista Gill. A iniciativa do golpe foi do próprio Pereira Leal, que se convencera de que o Paraguai havia passado para o lado argentino. O golpe fracassou e Pereira Leal foi substituído no cargo por Antônio de Araújo e Gondim, mas as relações entre os dois países, embora restabelecida não voltou ao patamar atingido anteriormente^{lv}.

Esse ato fez com que o Paraguai se aproximasse mais da Argentina, até que no dia 03 de fevereiro de 1876 os dois países assinaram, em Buenos Aires, o Tratado de Paz, Limites, Amizade e de Comércio e Navegação.

Conclusão

A política imperial com relação ao Paraguai teve, a partir da década de 1840 três objetivos principais: a livre navegação do rio Paraguai, que dava acesso à longínqua província do Mato Grosso; o estabelecimento de um tratado de limites e fronteiras com o país guarani, reconhecendo a expansão brasileira do período colonial; e conter a influência política da Argentina sobre o Paraguai, evitando, dessa forma, qualquer tentativa de reunião das antigas províncias do Vice-Reino do Rio da Prata, formando um único e imenso Estado, tão grande e influente como era o Brasil, capaz de disputar a hegemonia do cone sul do continente.

O Império brasileiro, na intenção de lograr esses objetivos, sempre apoiou a independência do Paraguai e de todos os outros países sul-americanos. Os governantes paraguaios, no entanto, optaram por manter o Estado paraguaio isolado das nações vizinhas, adotando uma política bastante defensiva. Até o final da década de 1850, durante o governo de Carlos Antonio López, o governo paraguaio soube contornar diplomaticamente suas divergentes questões à respeito dos limites com o Brasil. Porém, em 1862, com a morte de Carlos Antonio López, ascendeu ao poder seu filho mais velho, ex-ministro da Guerra e Marinha, Francisco Solano López.

A partir daí, as relações entre o Império e o Paraguai começaram a ficar tensas, principalmente com o agravamento da guerra civil no Uruguai. O Império brasileiro apoiava o partido *colorado*, enquanto Solano López declarou seu apoio ao partido *blanco*. Essas divergências, somada aos conflitos pela demarcação dos limites entre os dois países e às divergências pela livre navegação da Bacia do Prata, serviram como estopim para o conflito armado.

O Tratado da Tríplice Aliança foi muito criticado pelos membros do Partido Conservador no Brasil. Esse grupo que, enquanto esteve no poder, sempre buscou o isolamento de Buenos Aires em relação aos outros países do Prata, via no artigo que reconhecia como argentino o território do Chaco, uma ameaça à soberania do Paraguai, já que este passaria a receber uma espécie de “abraço apertado” do Estado argentino. Além disso, o aumento da fronteira entre Brasil e Argentina era muito malvisto pelos conservadores. Os liberais, então ocupando os principais gabinetes ministeriais do Império, acreditavam que uma aliança entre o Brasil e Argentina seria muito importante para por fim às rivalidades existentes entre os dois países desde os tempos coloniais. Além disso, Brasil e Argentina poderiam se tornar grandes parceiros econômicos.

Durante a guerra, o Império buscou a simpatia de outras nações à sua causa. Na Europa, apesar de não conseguir um apoio efetivo declarado, o bom relacionamento com os governos das grandes potências foi fundamental para a obtenção de empréstimos e armamentos. Apesar de também não conseguir a

adesão dos governos dos outros países sul-americanos, o corpo diplomático brasileiro se mostrou muito habilidoso para lidar com situações extremamente delicadas, como foi o caso da missão na Bolívia.

A habilidade dos diplomatas imperiais também pode ser percebida na reorganização do Estado paraguaio. O governo provisório paraguaio foi escolhido sob grande influência do Império brasileiro que soube conduzir o processo de escolha. Isso foi fundamental para que objetivos, como manter afastadas as pretensões da Argentina quanto ao território do Chaco, fossem concretizados.

Demonstrando mais uma vez a força e a destreza de seu corpo diplomático, em 1872, quebrando uma das principais cláusulas do Tratado de 1º de Março de 1865, o Império assinou a paz em separado com a República do Paraguai. Depois de quase um ano de polêmicas e tensas negociações, que inclusive levaram o representante argentino a abandonar as negociações, o Tratado foi finalmente assinado. De acordo com o Tratado Loizaga-Cotegipe, o Brasil conseguiu atingir seus objetivos quanto às questões de limites com o Paraguai. Os mesmos limites que eram pleiteados desde o início do século XIX pelo Império. Além disso, conseguiu a abertura à livre navegação dos rios internacionais compartilhados pelos dois países. O Brasil assumia também, o respeito à independência paraguaia, a manutenção das tropas brasileiras em Assunção pelo tempo que o Rio de Janeiro julgasse necessário, além da entrega de prisioneiros, criminosos e desertores de guerra. Já o Paraguai, assumia a dívida

de guerra e o compromisso do cumprimento na íntegra do Tratado da Tríplice Aliança.

É claro que a influência brasileira sobre o Paraguai foi diminuindo ao longo dos anos de 1870, devido a aproximação do Paraguai com a Argentina e à algumas causas internas, como as disputas políticas entre conservadores e liberais. Além disso, com a retirada das últimas tropas brasileiras, que só vieram a deixar Assunção em 1876, os dois países passaram a manter relações mais distantes.

A Guerra do Paraguai representou um marco na história brasileira e de todo o cone Sul da América, já que foi a partir dela que se deram uma série de mudanças nas estruturas do país. Foi durante esse período, em 1871, que foi assinada a Lei do Ventre Livre, mais um passo na ruptura do sistema escravista. A guerra ajudou a consolidar a Instituição Exército, que saiu do conflito fortalecido e passou a ser muito mais respeitado no país, inclusive com a criação da carreira militar. Outra Instituição que sai extremamente fortalecida foi o Ministério das Relações Exteriores, que, além de conseguir, com a assinatura do Tratado Loizaga-Cotegipe, confirmar as pretensões territoriais e limítrofes brasileiras, viu a Argentina sair da guerra com suas pretensões sobre o território paraguaio frustradas, só conquistando a posse do Chaco central.

Bibliografia

BANDEIRA, Moniz. *O Expansionismo brasileiro: o papel do Brasil na Bacia do Prata: da colonização ao Império*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. Campos, 1997.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Uma introdução à História*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

CERVO, Amado Luiz. *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)*. Brasília: Ed. UNB, 1981.

CHIVENATTO, Júlio José. *Genocídio Americano: a verdadeira história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

COELHO, Edmundo Campos. *Em Busca de Identidade: o exército brasileiro e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária, 1976.

DEUTSCH, Karl Wolfgang. *Análise das Relações Internacionais*. Trad. Maria Rosinda Ramos da Silva Brasília: Editora da UNB, 1982

DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. “Formação dos Estados Nacionais e expansão do capitalismo no século XIX”. In: CERVO, Amado Luiz e RAPOPORT, Mario (orgs.). *História do Cone Sul*. Brasília/ Rio de Janeiro: Ed. UNB/ Revan, 1998, pp.167-238.

GUIMARÃES, Acyr Vaz. *Guerra do Paraguai: Verdades e Mentiras*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de e CAMPOS, Pedro Moacyr (orgs.). *O Brasil Monárquico*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971, Tomo II, vol. 4.

MADUREIRA, Antônio de Sena. *Guerra do Paraguai: resposta ao Sr. Jorge Thompson, autor da “Guerra del Paraguay e aos anotadores argentinos*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982 [1ª Edição 1870].

MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães (org.). *Guerra do Paraguai-130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

MENEZES, Alfredo da Mota. *Guerra do Paraguai: como construímos o conflito*. São Paulo/ Cuiabá: Contexto/ Editora da UFMT, 1998.

MICELI, Paulo. *O Mito do Herói Nacional*. São Paulo: Editora Contexto, 1988.

POMER, León. *Guerra do Paraguai: a grande tragédia rioplatense*. 2ª Edição. São Paulo: Global, 1981.

_____. *Paraguai: Nossa guerra contra esse soldado*. 7ª Edição. São Paulo: Global, 2001.

PRADO, Maria Lígia. *A formação das nações Latino Americanas*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1985.

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SIMÓN G., José Luis. O Paraguai da transição: Democracia de baixa qualidade e política externa “de arrasto”. *Cadernos Adenauer: Política externa na América do Sul*. São Paulo, vol.7, p.45-85, set. 2000.

SOARES, José Álvaro Teixeira. *O drama da Tríplice Aliança (1865-70)*, Rio de Janeiro, Editora Brand, 1956.

VERSEN, Max von. *História da Guerra do Paraguai*. Belo Horizonte/ São Paulo: Editora Itatiaia/ Editora da USP, 1976.

Notas

- ⁱ CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.
- ⁱⁱ CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980, p46.
- ⁱⁱⁱ MADUREIRA, Antônio de Sena. *Guerra do Paraguai: resposta ao Sr. Jorge Thompson, autor da “Guerra del Paraguay e aos anotadores argentinos*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982 [1ª Edição 1870].
- ^{iv} MADUREIRA, Antônio de Sena. *Guerra do Paraguai: resposta ao Sr. Jorge Thompson, autor da “Guerra del Paraguay e aos anotadores argentinos*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982 (1ª Edição:1870), p10.
- ^v THOMPSON, George. *Guerra del Paraguay*. Assunção: RP Ediciones, 1992 [1ª Edição 1869].
- ^{vi} VERSEN, Max von. *História da Guerra do Paraguai*. Belo Horizonte/ São Paulo: Editora Itatiaia/ Editora da USP, 1976.
- ^{vii} VERSEN, Max von. *História da Guerra do Paraguai*. Belo Horizonte/ São Paulo: Editora Itatiaia/ Editora da USP, 1976. p.14.
- ^{viii} POMER, León. *Guerra do Paraguai: a grande tragédia rioplatense*. 2ª Edição. São Paulo: Global Editora, 1981.
- ^{ix} *Ibidem*. *Guerra do Paraguai: nossa guerra contra esse soldado*. 7ª Edição. São Paulo: Global Editora, 2001.
- ^x POMER, León. *A Guerra do Paraguai - A grande tragédia rioplatense*. p303.
- ^{xi} CHIVENATTO, Júlio José. *Genocídio Americano: a verdadeira história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.
- ^{xii} *Ibidem*. p10.
- ^{xiii} MICELI, Paulo. *O Mito do Herói Nacional*. São Paulo: Editora Contexto, 1988
- ^{xiv} GUIMARÃES, Acyr Vaz. *Guerra do Paraguai: Verdades e Mentiras*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2000
- ^{xv} GUIMARÃES, Acyr Vaz. *A Guerra do Paraguai: verdades e mentiras*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2000, p. 13.
- ^{xvi} MENEZES, Alfredo da Mota. *Guerra do Paraguai: como construímos o conflito*. São Paulo/ Cuiabá: Contexto/ Editora da UFMT, 1998.
- ^{xvii} SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- ^{xviii} MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães (org.). *Guerra do Paraguai-130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995
- ^{xix} DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- ^{xx} Juan Manuel de Rosas foi governador de Buenos Aires de 1829-1834. Em 1835, assumiu a presidência com poderes quase absolutos, onde permaneceu até 1851. Seu governo foi marcado pelo estilo conservador, e encontrava simpatia entre os *blancos* no Uruguai.
- ^{xxi} Alfredo da Mota Menezes afirma que “*O posicionamento de Rosas com respeito ao Uruguai e ao Paraguai amedrontava o Brasil*.”. *Guerra do Paraguai: como construímos o conflito*, p.10.
- ^{xxii} DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp.32-33.
- ^{xxiii} BANDEIRA, Moniz. *O Expansionismo brasileiro: o papel do Brasil na Bacia do Prata: da colonização ao Império*. Rio de Janeiro: Philobiblion,1985.
- ^{xxiv} DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 40-41.
- ^{xxv} CARDOZO, Efraim. *El Paraguay independiente*, Assunção, El Lector, 1996, p. 204.
- ^{xxvi} Podemos ver isso claramente no Art. 7º.: “Não sendo a guerra contra o povo do Paraguai, e sim contra o seu Governo, os aliados poderão admitir em uma legião paraguaia os cidadãos dessa nacionalidade que queiram concorrer para derribar o dito Governo, e lhes darão os elementos necessários, na forma e com as condições que se ajustarem”. O Tratado da Tríplice Aliança, bem como seus anexos encontram-se publicados no *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros de 1872*, anexo I, pp. 1-28.
- ^{xxvii} Elizalde para José Maria da Silva Paranhos, Buenos Aires, 25/02/1866, Archivo del Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto (AMREC), *Guerra de la Triple Alianza*, caixa I, fôlio 30 apud DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002,p.485.
- ^{xxviii} A “Questão Christie” aconteceu em 1863. O Ministro britânico William D. Christie veio ao Brasil com a missão de obter um tratado de comércio entre os dois países, de induzir o Brasil a associar-se à política da Grã-Bretanha na Bacia do Prata e exigir a abertura da Bacia do Rio Amazonas para navegação internacional, além de resolver problemas de nacionalidade dos filhos de estrangeiros no Brasil. Como não conseguiu nenhum dos objetivos, decidiu por desencadear uma série de acontecimentos tentando intimidar o Governo Brasileiro, o que acabou por desembocar na ruptura das relações

entre os dois países.

^{xxix} DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.256.

^{xxx} DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.263.

^{xxxi} SOARES, José Álvaro Teixeira. *O drama da Tríplice Aliança (1865-70)*, Rio de Janeiro, Editora Brand, 1956, p.191.

^{xxxii} DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp.262-263.

^{xxxiii} A Bahía Negra ficava próxima da fronteira com Mato Grosso, o que a tornava um ponto estratégico muito disputado.

^{xxxiv} DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.263.

^{xxxv} Instruções de Cotegipe, ministro interino dos Ministério dos Negócios Estrangeiros, para Paranhos, Rio de Janeiro, 01/02/1869, AHI, 272-3-3. Paranhos é o autor das instruções, mas, por uma questão formal, não podendo instruir a si mesmo, consta o nome de seu substituto, o barão de Cotegipe, como autor, apud DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.420.

^{xxxvi} DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp.423-424.

^{xxxvii} DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 430-431.

^{xxxviii} Nota dos triúmviros para Paranhos, Assunção, 15/08/1869, Relatório da Repartição de Negócios Estrangeiros (RRNE), 1872, Anexo I, p.82.

^{xxxix} Nota das autoridades constituídas para Paranhos, ratificando a nota de 15/08, Assunção, 18/08/1869, RRNE, 1872, Anexo I, p.91.

^{xi} Decretos do governo provisório de 17/08/1869, RRNE, 1870, pp.81-2.

^{xii} Protocolo de 09/05/1870, RRNE, 1870, Anexo I, p.4.

^{xiii} Protocolo de 09/05/1870, RRNE, 1870, Anexo I, pp.4-5.

^{xiiii} Governo Permanente, 25/11/1870, RRNE, 1870, p.5.

^{xlv} Negociações e ajustes definitivos de paz com a Republica do Paraguay, 25/01/1871, RRNE, pp.3-18.

^{xlvi} Tratado as Tríplice Aliança, 01/05/1865, RRNE, 1872, anexo I, pp. 1-28.

^{xlvii} Nota do governo paraguaio ao plenipotenciário brasileiro, 13/12/1871, 1871, RRNE, p.16.

^{xlviii} Nota do plenipotenciário brasileiro ao governo paraguaio, 13/12/1871, 1871, RRNE, pp.16-17.

^{xlix} Tratado definitivo de Paz com Republica do Paraguay, 09/01/1872, 1871-4A, 1872, RRNE, pp.170-253.

^{xl} CÁRCAMO, Ramón J. *Guerra del Paraguay: acción y reacción de la Triple Alianza*, Buenos Aires, Domingos Vian y Cia., 1941, vol. II, p.545, apud DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.465.

ⁱ Editoriais “La política de Brasil: ruptura de la Alianza” e “Lo que exige la prudencia” , *El Nacional*, Buenos Aires, 18/01/1872, p.1, e 23/01/1872, p.1, respectivamente, Biblioteca del Congreso (Buenos Aires) apud DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.466.

ⁱⁱ DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.466.

ⁱⁱⁱ DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.466.

^{iv} DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. “O fracasso da primeira cooperação entre Brasil e Argentina”. *Revista Múltipla*, Brasília, Faculdades Integradas Upis, vol.4, nº6,p.32, julho, 1999.

^v RRNE, 1875, suplemento, pp.1-44, e 1877, anexo I, pp.9-10.

^{vi} DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.468.